

AVISO DE EDITAL PREGÃO N° 9/2017 005 - PMNT – PP – SRP SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TIMBOTEUA- PA REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS MENOR PREÇO POR ITEM**, através da Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA-PA.

OBJETO: Registro de preços que objetiva a Contratação de pessoa jurídica para a aquisição de Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação conforme descrições e especificações apresentadas no Anexo II deste documento, na Modalidade Pregão – Menor Preço Por Item.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS: Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09h00min.

CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS: Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09h00min., Na sala de licitações.

INÍCIO DA SESSÃO: ABERTURA E DISPUTA DE PREÇOS: Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09h00min.

LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Av. Barão do Rio Branco, 2312– Centro – Nova Timboteua – Pará – Brasil – CEP – 68730-000

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova

Timboteua-PA.

INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação



AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2017 005 - PMNT - PP - SRP

PREGÃO Nº9/2017 - 005 - PP - SRP - Regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/1993, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 8538/15, Lei Complementar 123/06 e 147/14 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

OBJETO: Registro de preços que objetiva a Contratação de pessoa jurídica para a aquisição de Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação conforme descrições e especificações apresentadas no Anexo II deste documento, na Modalidade Pregão – Menor Preço Por Item.

Data da abertura: Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09:00 min. Fuso Horário de NOVA TIMBOTEUA.

LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Av. Av. Barão do Rio Branco, № 2312 Centro Nova Timboteua-Pará – Brasil – Cep: 68730-000.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Timboteua -PA- PA.

INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação



LICITAÇÃO MODALIDADE

<u>PREGÃO PRESENCIAL nº 9/2017 - 005 - PMNT - PP - SRP</u> FINALIDADE: REGISTRO DE PRECOS (DECRETO 7.892/13)

1. PREÂMBULO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TIMBOTEUA, por intermédio de seu **PREGOEIRO SR. JOÃO DORIEDSON VIANA PINTO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA FINALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002 Decreto nº 3.555/2000, Lei 8.666/1993, Decreto nº 7.892/13, Decreto 8538/15 e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 147/2014 e suas alterações.

- 1.2. As Propostas escritas de Preços deverão ser entregues até dia Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09h00min, na Sala de Comissão de Licitação, situada à Av. Barão do Rio Branco, 2312— Centro Nova Timboteua— Pará Brasil CEP 68730-000.
- **1.3.** Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro e Membros, no dia Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09h00min, na etapa do credenciamento.

2. DO OBJETO

O presente Pregão tem por objeto: Registro de preços que objetiva a Contratação de pessoa jurídica para a aquisição de Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme descrições e especificações apresentadas no Anexo II deste documento.

2.1. DA QUANTIDADE DE FORNECEDORES A SEREM REGISTRADOS

Caso o primeiro colocado não disponha de condições de atender integralmente a necessidade da Administração, poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item. Em todo o caso, a convocação desses licitantes remanescentes dependerá de sua expressa anuência em fornecer ao mesmo preço proposto pelo primeiro colocado.

Parágrafo primeiro. Quando da emissão das ordens de fornecimento (Anexo VIII), deverá ser respeitada a ordem de classificação dos fornecedores constantes da Ata.

Parágrafo segundo. Os órgãos participantes e não participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de fornecimento, solicitar ao órgão gerenciador que indique o fornecedor a ser contratado.



3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1.** Poderão participar do presente Pregão, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- **3.1.1.** Também só poderá participar as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.
- **3.2.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:
- a) Que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora, coligada ou subsidiária entre si.
- c) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País; e,
- e) Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4. CREDENCIAMENTO

- **4.1.** No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, apresentando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.
- 4.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário:
- **4.2.1.** Procuração, através de outorga por instrumento público ou particular; neste último caso, com firma reconhecida em cartório. Tanto o instrumento público como o particular deverá conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.
- **4.2.2.** Carta de Credenciamento com firma reconhecida (Anexo IV)
- **4.2.3.** Cédula de Identidade do representante
- 4.2.4. Cartão de CNPJ.



- **4.2.5.** Ato constitutivo da empresa e alterações se houver para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante.
- **4.2.6.** Cédula de identidade do proprietário da empresa e sócios se houver.
- **4.2.7.** Declaração que cumpre os requisitos de habilitação (anexo V)
- **4.2.8.** Declaração conforme modelo constante no anexo VI atestando a inexistência de fatos impeditivos, nos termos constantes do anexo citado.
- **4.2.9.** Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 a 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art.7°, XXXIII da Constituição Federal.
- **4.2.10.** Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que possui ou não em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência, nos termos da Emenda Constitucional Estadual nº 42, de 04/06/2008.
- **4.2.11.** Declaração conforme modelo constante no anexo VI de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9° da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).
- **4.2.12.** Declaração conforme modelo constante no anexo VI, que cumpre os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- **4.2.12.1.** Enquadramento de ME/EPP emitido pela JUNTA COMERCIAL.
- **4.2.13.** Certidão de Registro cadastral da empresa no Município de NOVA TIMBOTEUA CRC
- 4.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário:
- 4.3.1. Cartão de CNPJ.
- **4.3.2.** Ato constitutivo da empresa e alterações se houver.
- **4.3.3.** Cédula de identidade do proprietário e sócios se houver.
- **4.3.4.** Declaração que cumpre os requisitos de habilitação (anexo V)
- **4.3.5.** Declaração conforme modelo constante no anexo VI atestando a inexistência de fatos impeditivos, nos termos constantes do anexo citado.
- **4.3.6.** Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 a 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art.7°, XXXIII da Constituição Federal.
- **4.3.7.** Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que possui ou não em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência, nos termos da Emenda Constitucional Estadual nº 42, de 04/06/2008.



- **4.3.8.** Declaração conforme modelo constante no anexo VI de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9° da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).
- **4.3.9.** Declaração conforme modelo constante no anexo VI de que cumpre os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- **4.3.9.1.** Enquadramento de ME/EPP emitido pela JUNTA COMERCIAL.
- **4.3.9.2.** A não apresentação dos itens 4.3.9 e 4.3.9.1, impossibilitará o participante de usufruir dos direitos da Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e suas alterações.
- 4.3.10. Certidão de Registro cadastral da empresa no Município de NOVA TIMBOTEUA CRC
- **4.4.** Os documentos mencionados nos Itens anteriores, inclusive o documento de identificação do representante credenciado, deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão que será realizada até o Dia 03 de fevereiro de 2017.
- **4.5.** A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar por usufruir dos benefícios estabelecidos na **Lei Complementar Federal 123/2006, 147/2014 e suas alterações** e suas alterações deverá apresentar junto ao credenciamento:

4.5.1. Quando optante pelo SIMPLES nacional:

- a) comprovante de opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
- **b**) declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4°, art. 3°, da Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações e suas alterações, conforme **anexo VI** deste edital.

4.5.2. Quando não for optante pelo SIMPLES nacional:

- a) declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício –
 DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3 da LC
 123/2006;
- **b**) declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4°, art. 3°, da Lei Complementar Federal 123/2006, 147/2014 e suas alterações, conforme anexo VI deste edital.
- **4.6.** Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.
- **4.7.** Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.
- **4.7.** A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens **4.2. e 4.3.**, não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de



lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recurso e demais fases do procedimento licitatório.

4.8. Os documentos de credenciamento deverão ser entregues no início da sessão separadamente de qualquer envelope, preferencialmente em pasta com grampo e numeradas sequencialmente.

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- **5.1.** As Propostas escritas de Preços deverão ser entregues no Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09h00min, devidamente lacrados, **na Sala de Comissão de Licitação**.
- **5.2.** A reunião para recebimento dos envelopes e cadastramento das Propostas de Preços será pública, dirigida por um Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus Anexos, na Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA, Dia 03 de fevereiro de 2017, às 09h00min.
- **5.3.** Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro,(a)(s) representante(s) da(s) Empresa(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes contendo os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.
- **5.4.** O envelope da Proposta de Preços deverá trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA

TIMBOTEUA- PA

PREGÃO N⁰ 9/2017 005- PMNT - PP - SRP

RAZÃO SOCIAL E N⁰ DO CNPJ/MF DO LICITANTE

DATA: 03 DE FEVEREIRO de 2017

5.5. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA

TIMBOTEUA- PA

PREGÃO N⁰ 9/2017 005- PMNT – PP - SRP

RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ/MF DO LICITANTE

DATA: 03 DE FEVEREIRO de 2017

- **5.6.** Inicialmente, será aberto o Envelope 01 Proposta de Preços, após na segunda fase, o Envelope 02
- Documentos de Habilitação.
- 5.7. A documentação será analisada assim que cada participante obtiver êxito no primeiro item.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no Modelo de Formulário Padrão de Proposta (**Anexo I**), redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, Av. Assis de Vasconcelos, 2075, Vila Nova, CEP: 68.730-000, Nova Timboteua - Pará Fone/Fax (91) 3469-1442 Email: semednovatimboteua@gmail.com



sem rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

- **6.1.1.** A proposta que não obedecer ao modelo do (anexo I), deverá obrigatoriamente conter todos os itens descritos abaixo sob pena de desclassificação.
- **6.2.** Na Proposta de Preços deverão constar:
- **6.2.1.** Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e endereço eletrônico (e-mail).
- **6.2.2.** Prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a **60** (**sessenta**) dias, a contar da data de adjudicação da proposta;
- **6.2.3.** Uma única cotação, com preço unitário, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária.
- **6.2.4.** Indicação de banco, agência e conta, obrigatoriamente em nome da pessoa jurídicalicitante.
- **6.2.5.** A qualificação dos representantes legais responsável em receber as ordens de fornecimento do respectivo objeto constando o nome, estado civil, número da cédula de identidade e do CPF, Fone (fax) empresa, telefone celular se houver e e-mail o qual será enviado os pedidos.
- **6.2.6.** O prazo de entrega.
- **6.3.** O prazo de contratação será conforme o previsto no Contrato de Fornecimento, celebrado pela Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA através do responsável pelo Departamento de Compras, conforme **anexo VIII**, de acordo com a legislação vigente, com prazo de vigência a ser definido pela Administração.
- **6.4.** A empresa contratada deverá fornecer os produtos/materiais dentro da sede do município após emissão de ordem de fornecimento pelo Departamento de Compras.
- **6.5.** A contratada deverá providenciar os recursos necessários à execução de seus trabalhos.
- **6.6.** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- **6.6.** Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais;
- **6.7.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- **6.8.** Não é obrigatório ao licitante apresentar cotação para todos os itens.
- **6.9.** O Pregoeiro considerará como forma, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.



- **6.10** O prazo de validade dos **Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar** não deverão ser inferiores a doze meses a contar da data de entrega no local indicado no contrato, caso não seja feito desta forma a empresa fica desde já notificada a repor dentro da validade exigida.
- **6.11** Os produtos serão testados permanentemente, devendo a responsabilidade do fornecedor ou fabricante enquanto perdurar ou houver produto

7. DO FORNECIMENTO DO OBJETO

- **7.1.** A forma de fornecimento será conforme a ordem de fornecimento, dentro de todas as normalidade e exigências da Secretaria Municipal de Educação de **NOVA TIMBOTEUA-PA.**
- **7.2.** Os produtos homologados poderão ser vistoriados e analisados a qualidade através de um laudo técnico emitido pelo órgão responsável se assim determinar conveniente à administração, sendo que a não aprovação resulta no cancelamento do registro com multas cabíveis a presente situação.
- **7.3.** Por deliberação da Secretaria Municipal de Educação de **NOVA TIMBOTEUA- PA**, somente será permitido o realinhamento dos Preços Registrados após 120 (cento e vinte) dias, corridos, contados da realização do pregão, desde que o produto tenha sofrido comprovadamente, alteração de preços num percentual mínimo de 10% (dez) por cento dos praticados no mercado, salvo deliberação da Secretaria Municipal de Educação de **NOVA TIMBOTEUA** em contrário.
- **7.4.** A entrega deverá ser feita no almoxarifado central indicado na ordem de fornecimento.
- **7.5.** Ato contínuo, a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE vir acompanhada da Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras e Certidões fiscais tais como: INSS, FGTS e TRABALHISTA (CNDT) sob a pena de não recebimento da mercadoria.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **8.1.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).
- **8.2.** Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo (a) Pregoeiro (a), membros e licitantes credenciados.
- **8.3.** Lido os preços, o (a) Pregoeiro (a) relacionará todas as propostas em ordem crescente.
- **8.4.** O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, observadas os direitos de privilégio constante na Lei Complementar 123/2006 e 147/14 e suas alterações.
- **8.5.** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o (a) Pregoeiro (a) classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus preços ofertados na proposta escrita.
- 8.6. Definido o menor preço, o mesmo deverá ser mantido pelos fornecedores vencedores até o próximo



pregão, que estará habilitado a efetuar.

- **8.7.** Poderá ser averiguada a qualidade dos produtos fornecidos através de inspeções realizadas de rotina, sob pena de cancelamento de fornecimento caso o resultado não seja vantajoso a esta administração.
- **8.8.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **8.9.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.
- **8.10.** Sendo aceitáveis as propostas de menor preço, serão abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes que a tiverem formulado, para confirmação das suas condições habilita tórias;
- **8.11.** Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, desta feita, o preço acima do cotado no mercado não será aceito e o item será respectivamente fracassado.
- **8.12.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- **8.13.** Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.
- **8.14.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **8.15.** Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilita tórias, o (a) Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- **8.16.** Nas situações previstas nos subitens 8.11, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sendo que o Pregoeiro não irá adjudicar de forma alguma item que esteja acima do preço praticado no mercado, conforme prévia cotação pelo setor competente.
- **8.17.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros e pelos licitantes presentes; a estes, sendo-lhes facultado esse direito.
- **8.18.** Havendo recusa de qualquer licitante em assinar a ata ou se retirar antes do término, este fato será registrado pelo Sr. Pregoeiro, presumindo-se concordância de tal licitante com todos os seus termos e conteúdo.

9. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO



- **9.1.** Os documentos necessários e os locais, bem como os procedimentos e as instruções para participação no Certame, estão previstos neste edital.
- **9.2.** As empresas interessadas deverão apresentar as seguintes documentações:

9.2.1. Relativos à Qualificação Técnica:

- a) A comprovação da qualificação técnica deverá ser feita através de apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica fornecida por pessoa física ou jurídica comprovando que já prestou ou presta serviços dessa natureza com firma reconhecida em cartório. (Anexo III), acompanhada de suas respectivas notas fiscais.
- b) Comprovação de que é adimplente com o município com o fornecimento do objeto, através de uma declaração fornecida pela Secretaria Municipal de Administração.
- c) Alvará de Funcionamento.
- d) Licença Municipal de Vigilância Sanitária.

9.2.2 - Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- **b**) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- **b.1**) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e,
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Cédula de identidade do proprietário e dos respectivos sócios se houver.

9.2.3 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta), Estadual (Tributário e Não Tributária) e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
- **a.1**) Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- **a.2**) Preferencialmente a certidão Estadual Tributária e não Tributária deverão vir acompanhadas de sua autenticidade emitidas um dia anterior a licitação pelo site da SEFA a fim de agilizar o andamento, caso contrário o Pregoeiro suspenderá o certame até que se verifique as devidas autenticidades.
- **b**) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) emitido pelo site da Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho emitida pelo site

 Av. Assis de Vasconcelos, 2075, Vila Nova, CEP: 68.730-000, Nova Timboteua Pará

 Fone/Fax (91) 3469-1442 Email: semednovatimboteua@gmail.com_



(www.tst.jus.br).

d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.4 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. O balanço deverá ser registrado na Junta Comercial e vir acompanhado do DHP do contador emitido pela internet na sua devida validade.
- **b**) certidão de Falência, recuperação judicial e Concordata emitida pelo Fórum com data de emissão não superior a 90(noventa) dias.
- **9.3** Os Fornecedores deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:
- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições, locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados;
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública
 Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- Declaração que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;
- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo anexo);
- Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menores de 16 anos, em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (conforme modelo anexo).
- Declaração que não possui ou possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de possuir menos de 20 (vinte) funcionários em seu quadro de pessoal.
 - 9.4. A falta de qualquer documentos e declarações relacionados acima resultarão da desclassificação do participante no certame.
 - 9.5. No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, 147/14 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

10. PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

10.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, 147/14 e suas alterações, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação



exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- **10.1.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.
- **10.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.
- 10.3. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostasapresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **10.4.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- **10.4.1** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- **10.4.2.** Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 10.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- **10.4.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 10.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **10.4.4.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- **10.4.5.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 11.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.
- **11.2.** As solicitações de esclarecimentos, de providências ou as impugnações do presente edital deverão ser protocoladas na Comissão Permanente de Licitação no prazo não inferior a 02 (dois) dias anteriores



à data fixada para recebimento das propostas.

- **11.3.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.
- **11.4.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas).

12. RECURSOS

- **12.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 24 horas para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **12.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 12.3. O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.
- **12.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **12.5.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- **12.6.** Os autos dos procedimentos permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, na sede da Secretaria Municipal de Educação.

13. DA VIGÊNCIA

- **13.1.** O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado do dia posterior à data de sua publicação no flanerógrafo da Prefeitura Municipal ou Diário Oficial.
- **13.2.** O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento (Anexo IV), e como termo final o recebimento definitivo do objeto pela Administração, observado os limites de prazo de entrega fixados neste edital.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E PENALIDADES

Os Materiais/Produtos oferecidos pelo fornecedor deveram atender:

- **14.1.** Ao disposto no padrão de identidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação.
- **14.2.** Os preços adjudicados no pregão para registro de preço.
- **14.3.** O cronograma de entrega definido pela Ordem de Fornecimento.
- **14.4.** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta,



falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado da Planilha de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

- **14.5.** O fornecedor advertido pela Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUAe que continuar praticando venda do objeto acima do preço registrado, ou fora dos padrões de qualidade, ou não cotados na planilha de preços acordados com a Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA, será desclassificado e impedido de realizar qualquer venda à prefeitura por um período de 12(doze) meses.
- **14.6.** O não cumprimento do cronograma de entrega do objeto em tempo previamente estabelecido pela administração implicará na suspensão de seu credenciamento do programa por um período de 12(doze) meses.
- **14.7.** O fornecedor que não emitir as Notas fiscais com a especificação as unidades de medida dos produtos adquiridos condizente com aquelas apresentadas na Planilha de Preços, implicará em suspensão por 12(doze) meses.
- **14.8.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, mediante instauração de processo para averiguação pela Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA-PA.
- **14.9.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA-PA.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **15.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias do ano em curso.
- **15.**2. Nos casos de Registro de Preços fica a Administração desobrigada de apresentar a dotação orçamentária antes da aquisição. (Decreto Federal 7.892/013 artigo 15)

16. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA

- **16.1.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- **16.2.** Após a homologação referida no item anterior, os licitantes classificados serão convocados para assinarem a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.
- a) Para fins de formalização da Ata de Registro de Preços, deverá ser respeitada e especificada a ordem de classificação do certame e a quantidade de fornecedores a serem registrados.
- **16.3.** A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu



transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

16.4. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços ou recusar-se a receber a ordem de fornecimento emitida pelo órgão requisitante do material, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será descredenciado, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93.

17. PAGAMENTO

- **17.1.** Pela execução dos serviços contratados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 30 dias após a nota de empenho.
- **17.2.** O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de transferência bancária diretamente na conta da empresa contratada, vedada transferências para outras contas.
- 17.3. O pagamento somente será efetuado mediante:
- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Secretaria Municipal de Educação, quando couber;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Prova de situação regular perante o Tribunal Superior do Trabalho (Lei n°12.440/11)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **18.1.** É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- **18.2.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- **18.2.1.** A anulação do procedimento induz à do contrato.
- **18.2.2.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



- **18.3.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **18.4.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **18.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será resignada para o dia, hora e local definidos, e novamente publicados na Imprensa Oficial.
- **18.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do "vencimento". Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA.
- **18.7.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- **18.8.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições (*Decreto* 7.892/13 *Artigo* 16°)
- **18.9.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao (a) Pregoeiro (a), no seguinte endereço: Av. Barão do Rio Branco, 2312, Centro NOVA TIMBOTEUA-PA.
- 18.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- **18.11.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e o Decreto nº 7.892/13.
- **18.12.** São partes integrantes deste Edital:
- a) ANEXO I Proposta de Preços;
- b) ANEXO II Descrição do Objeto;
- c) ANEXO III Atestado de Capacidade Técnica;
- d) ANEXO IV Minuta de Carta de Credenciamento;
- e) ANEXO V Declaração de requisito de habilitação;
- f) ANEXO VI Modelo de Declaração;
- g) ANEXO VII Minuta Ata do Registro de Preços
- h) ANEXO VIII Ordem de Fornecimento

Nova Timboteua(PA), 26 de dezembro de 2017.

JOÃO DORIEDSON VIANA PINTO Pregoeiro



ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

Licitaçã	ão: n° 9/2017 - 005 PMNT-PP-SRP					
Modali	dade: PREGÃO PRESENCIAL					
Tipo: N	MENOR PREÇO POR ITEM					
Consur	nidor: Secretaria Municipal de Educaçã	ío de NOVA T	IMBOT	EUA- Pa.		
Licitan	te:			<u> </u>		
CNPJ:						
Tel Fax	x: () Celular	r: ()				
E-mail:						
Endere	eço:					
Conta C	Corrente:Agência:	Banc	:o:			
Item	Especificação	Marca	Und	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unt.
_						
	de da proposta:Dias					
Prazo o	le Entrega:					
Dados	do receptor das ordens de fornecimento:					
Dados	Nome:					
	CPF:					
	Telefone (FAX):					
	Celular:					
	Email:					
	Eman.					
Nome of	do representante:					
				_		
-	Assinatura do representante legal:					



ANEXO II – DESCRIÇÃO DO OBJETO

EDITAL DE PREGÃO N° 9/2017 005 **PMNT-PP-SRP**

MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO II A

As exigências contidas na presente ordem de compra que compõe a Pauta 2017 da Alimentação Escolar do Município de Nova Timboteua encontra-se devidamente fundamentada conforme legislação em vigor para espécie, a saber;

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT
01	ACHOCOLATADO EM PÓ PRODUTO PREPARADO COM CACAU OBTIDO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO E AÇÚCAR, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS. COMPOSIÇÃO: AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, MALTODEXTRINA, SAL, MINERAIS (FERRO E ZINCO), COMPLEXO VITAMÍNICO (VITAMINA A,D3, D-BIOTINA, ÁCIDO FÓLICO, NIACINAMIDA, ÁCIDO PANTOTÊNICO, B1,B12,B2, B6,), ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA E AROMA NATURAL DE CACAU COM BAUNILHA. SEM ADIÇÃO DE LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE. NÃO DEVE APRESENTAR HOMOGENEIDADE, DILUIÇÃO INADEQUADA, EXCESSO DE AÇÚCAR, MISTURAS INADEQUADAS AO PRODUTO, PRESENÇA DE IMPUREZAS, FORMAÇÃO DE GRUMOS, CHEIRO FORTE OU INTENSO, COLORAÇÃO ESCURA OU CLARA NÃO CARACTERÍSTICA, SABOR ALTERADO POR MISRURA E PESO INSATISFATÓRIO.	EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM POLIETILENO, LATAS DE FLANDRES OU POTES PLÁSTICOS BEM VEDADOS DE ATÉ 1 KG. PREAZO DE VALIDADE: NO MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS	KG	3000
02	AÇÚCAR TRITURADO CONTENDO SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR, BRANCO, PENEIRADO, LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. VALOR CALÓRICO 18KCAL E CARBOIDRATOS 5G. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES A DATA DE ENTREGA	EMBALAGEM: PRIMÁRIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, ATÓXICA RESISTENTE COM 01 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA - FARDO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÉ 30 KG.	KG	10000
03	ARROZ TIPO 1 1º QUALIDADE (TIPO 01), BENEFICIADO, POLIDO, LONGO FINO, GRÃOS INTEIROS, ISENTO DE PARASITAS, MOFO, ODORES ESTRANHOS, SUBSTANCIAS NOCIVAS, MATÉRIAS TERROSAS E OUTROS. SUBGRUPO: POLIDO; CLASSE: LONGO FINO. PRODUTO 100% NATURAL. VALOR ENERGÉTICO 178 KCAL, CARBOIDRATOS 38G, PROTEÍNAS 3,3G GORDURAS TOTAIS 0,6G, GORDURA SATURADA 0,3G, GORDURA TRANS 0G, GORDURA MONOINSATURADA 0G, GORDURA POLIINSATURADA 0G, COLESTEROL 0MG, FIBRA ALIMENTAR TOTAL 0,3G E SÓDIO 0MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	EMBALAGEM: PRIMÁRIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, ATÓXICA RESISTENTE COM 01 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA - FARDO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÉ 30 KG.	KG	10000



	I		1	
1	EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS.			
	VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE			
	ENTREGA			
	LITTLEON			
04	ALHO IN NATURA	EMBALAGEM PRIMÁRIA: TOUCA ATÓXICA.		
	APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO E	EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELAO.	ис.	2000
	MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO; ISENTA DE		KG	2000
	SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.			
05	AZEITE DE DENDÊ			
	PURO E DE BAIXA ACIDEZ. AS SEGUINTES			
	INFORMAÇÕES DEVERÃO SER IMPRESSAS OU			
	COLADAS PELO FABRICANTE DIRETAMENTE SOBRE O PRODUTO: NOME E/OU CNPJ DO			
	FABRICANTE, ENDEREÇO, DATA DE FABRICAÇÃO OU LOTE,			
	DATA			
	DE VALIDADE, NORMAS VIGENTES E REGISTROS		KG	1000
	NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. NA DATA DA			
	ENTREGA, O PRAZO			
	DE VALIDADE INDICADO PARA O PRODUTO, NÃO DEVERA			
	TER SIDO ULTRAPASSADO NA SUA METADE, TOMANDO-SE			
	COMO REFERENCIA, A DATA DE FABRICAÇÃO OU LOTE INFORMADA NO RÓTULO.			
06	BATATA INGLESA ESCOVADA	EMBALAGEM: DEVERÃO ESTAR		
1	COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRES DE DANOS	ACONDICIONADAS EM MALHA SACOS DE ATÉ		
	MECÂNICOS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE		KG	5000
	CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.			
-		FIND ALL CELLS - DDDD (DV)		
07	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA CONTENDO DASICAMENTE FABINHA DE TRICO	EMBALAGEM: PRIMÁRIA - PLÁSTICA ATÓXICA COM 400 GRAMAS. EMBALAGEM:		
	CONTENDO BASICAMENTE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO,	SECUNDÁRIA - CAIXA DE PAPELÃO COM 04		
	AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, CREME DE MILHO,	KG.		
	AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, CACAU EM PÓ,			
	FERMENTOS QUÍMICOS (BICARBONATO DE			
	AMÔNIO) E BICARBONATO DE SÓDIO,			
	ESTABILIZANTES LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE, ACIDULANTE, ÁCIDO LÁCTICO E			
	AROMATIZANTE, ACIDULANTE, ACIDULACTICO E AROMATIZANTE, CONTÉM GLÚTEN. VALOR			
	CALÓRICO 131 KCAL, CARBOIDRATOS 23G,		KG	3000
	PROTEÍNAS 2,2G, GORDURAS TOTAIS 3,3G,		-	
	GORDURAS SATURADAS 1,4G, GORDURA TRANS			
	0G, COLESTEROL 0G, FIBRA ALIMENTAR 0,5G			
	FERRO 1MG E SÓDIO 99MG. DEVEM ESTAR DE			
	ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS.			
	VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE			
	FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À			
	DATA DE ENTREGA.			
	PIGGOITO DOGETIDO CARRA TRADA TRADA CARRA TRADA	EMDALACEM. DDDA(DIA DLACEM)		
08	BISCOITO DOCE TIPO MARIA TRADICIONAL CONTENDO FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA	EMBALAGEM: PRIMÁRIA - PLÁSTICA ATÓXICA COM 400 GRAMAS. EMBALAGEM:		
	COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA	SECUNDÁRIA - CAIXA DE		
	VEGETAL, AMIDO DE MILHO, SORO DE LEITE, SAL,	PAPELÃO COM 04 KG.		
	ESTABILIZANTES LECITINA DE SOJA, FERMENTOS			
	QUÍMICOS BICARBONATO DE AMÔNIO E			
	BICARBONATO DE			
	SÓDIO. ACIDULANTE E AROMATIZANTES. CONTEM GLÚTEN. VALOR CALÓRICO 131 KCAL,			
	CARBOIDRATOS 23G, PROTEÍNAS 2,2G, GORDURAS		KG	4000
	TOTAIS 3,3G, GORDURAS SATURADAS 1,4G,		Α.Ο	,000
	GORDURA TRANS 0G, COLESTEROL 0G, FIBRA			
	ALIMENTAR 0,5G FERRO 1MG E SÓDIO 99MG.			
	DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS			
	DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS			
	ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS			
	CONTER DATA DE LADRICAÇÃO DE ATE 30 DIAS			
	ANTERIORES À DATA DE ENTREGA			
	ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.			



09	BISCOITO DOCE TIPO MARIA CHOCOLATE CONTENDO BASICAMENTE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL,CHOCOLATE E PÓ AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR INVERTIDO, SORO DE LEITE EM PÓ E SAL. ESTABILIZANTES LECITINA DE SOJA, FERMENTOS QUÍMICOS BICARBONATO DE AMÔNIO E BICARBONATO DE SÓDIO. ACIDULANTE (ÁCIDO LÁTICO) E AROMATIZANTES. CONTEM GLÚTEN. VALOR CALÓRICO 131 KCAL, CARBOIDRATOS 23G, PROTEÍNAS 2,2G, GORDURAS TOTAIS 3,3G, GORDURAS SATURADAS 1,4G, GORDURA TRANS OG, COLESTEROL OG, FIBRA ALIMENTAR 0,5G FERRO 1MG E SÓDIO 99MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM: PRIMÁRIA - PLÁSTICA ATÓXICA COM 400 GRAMAS. EMBALAGEM: SECUNDÁRIA - CAIXA DE PAPELÃO COM 04 KG.	KG	4000
10	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA DE COCO CONTENDO FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO DE MILHO, SORO DE LEITE, SAL, ESTABILIZANTES LECITINA DE SOJA, FERMENTOS QUÍMICOS BICARBONATO DE AMÔNIO E BICARBONATO DE SÓDIO. ACIDULANTE E AROMATIZANTES. CONTEM GLÚTEN. VALOR CALÓRICO 131 KCAL, CARBOIDRATOS 23G, PROTEÍNAS 2,2G, GORDURAS TOTAIS 3,3G, GORDURAS SATURADAS 1,4G, GORDURA TRANS 0G, COLESTEROL 0G, FIBRA ALIMENTAR 0,5G FERRO 1MG E SÓDIO 99MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM: PRIMÁRIA - PLÁSTICA ATÓXICA COM 400 GRAMAS. EMBALAGEM: SECUNDÁRIA - CAIXA DE PAPELÃO COM 04 KG.	КG	4000
11	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER TRADICIONAL CONTENDO BASICAMENTE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, SORO DE LEITE, SAL FERMENTOS QUÍMICOS (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO), ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTES. CONTÉM GLÚTEN. VALOR CALÓRICO 131 KCAL, CARBOIDRATOS 20G, PROTEÍNAS 2,7G, GORDURAS TOTAIS 5,1G, GORDURAS SATURADAS 2,2G, GORDURA TRANS 0G, COLESTEROL 0G, FIBRA ALIMENTAR 0,8G FERRO 1,3MG E SÓDIO 237MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICA ATÓXICA COM 400G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO COM 4 KG.	KG	6000
12	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER AMANTEIGADO: CONTENDO BASICAMENTE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, SORO DE LEITE, SAL FERMENTOS QUÍMICOS (BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO), ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTE AROMA DE MANTEIGA. CONTÉM GLÚTEN. VALOR CALÓRICO 137 KCAL, CARBOIDRATOS 20G, PROTEÍNAS 2,7G, GORDURAS TOTAIS 5,1G, GORDURAS SATURADAS 2,2G, GORDURA TRANS 0G,	EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICA ATÓXICA COM 400G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO COM 4KG.	KG	7000



	COLESTEROL OG, FIBRA ALIMENTAR 0,8G FERRO 1,3MG E SÓDIO 237MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.			
13	BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE: CONTEM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO DE MILHO, CACAU EM PO, SORO DE LEITE, ACUCA INVERTIDO, FERMENTOS QUIMICOS (BICARBONATO DE SODIO E BICARBONATO DE AMONIO), ESTABILIZANTE (LACTINA DE SOJA), SAL, ACIDULANTE (ACIDO LACTICO) E AROMATIZANTE. CONTEM GLUTEM. POSSUEM EM 30 G VALOR ENERGETICO DE 137 KCAL, CARBOIDRATO 22G; PROTEINA 2G; GORDURAS TOTAIS 4,6G; FIBRAS ALIMENTARES 0,6G; SODIO 75MG, COLESTEROL 0,0G, FERRO 1MG. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM PRIMARIA: FILME FLEXIVELTIPO BOPP+COEX TRANSPARENTE, COM PACOTES DE 400G EMBALAGEM SECUNDARIA: CAIXA DE PAPELAO REFORÇADA CONTENDO 10 PACOTES DE 400G	KG	2000
14	CARNE BOVINA CONGELADA MOÍDA CARNE BOVINA, MOÍDA, CONGELADA OBTIDA DE MASSAS MUSCULARES, RECORTES DE DESOSSA DE CORTES DIANTEIRO. CONTENDO NO MÁXIMO 15% DE GORDURA. DEVE APRESENTAR-SE COM APARÊNCIA PRÓPRIA, SABOR PRÓPRIO, COR VEMELHO BRILHANTE SEM MANCHAS ESVERDIADAS E ODOR CARACTERÍSTICO. DURANTE O PROCESSAMENTO, DEVE SER REALIZADA A APARAGEM (ELEIMINAÇÃO DOS EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGEM E APONEUROSES), COM ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO (VALIDADE, PESO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM) EM CADA EMBALAGEM. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	POLIETILENO LISO, ATÓXICO C/ RÓTULO INTERNO. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO DE CAPACIDADE ATÉ 15 KG. MANTIDA SOB CONGELAMENTO A -18°C.	KG	7000
15	COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ORIGEM FÍSICA,	EMBALAGEM: DEVERÃO ESTAR ACONDICIONADAS EM MALHA SACOS DE ATÉ 20 KG.	KG	4000
16	CENOURA CENOURA, BEM DESENVOLVIDAS, NÃO LENHOSAS, LIMPAS, COM COLORAÇÃO UNIFORME, LIVRES DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	20 KG.	KG	4000
17	CHARQUE BOVINO PONTA DE AGULHA: CONTENDO BASICAMENTE EM CADA PORÇÃO DE 30 GRAMAS: GORDURAS TOTAIS: 05 GRAMAS. GORDURAS SATURADAS: 1,7 GRAMAS. GORDURAS TRANS: 0,3 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO (VALIDADE, PESO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO REGISTRO NO SIF, SIE OU SIM) EM CADA EMBALAGEM. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. VALIDADE: O	EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICA À VÁCUO DE ATÉ 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: FARDO DE ATÉ 30KG.	KG	5000



	PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.			
18	COLORAU COLORÍFICO EM PÓ FINO HOMOGÊNEO, OBTIDO DE FRUTOS MADUROS DE URUCUM, LIMPOS. COR: VERMELHO INTENSA, COM CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS PARA CONSUMO HUMANO E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.		KG	500
19	CREME DE LEITE DEVE APRESENTAR COR, SABOR, ODOR, CARACTERÍSTICO. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM PRIMÁRIA TETRA PARK EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ATÉ 10 KG.	KG	4000
20	EXTRATO DE TOMATE: MOLHO ELABORADO A PARTIR DAS PARTES COMESTÍVEIS DO TOMATE ADICIONADO DE ESPECIARIAS, SAL E AÇÚCAR. COMPOSIÇÃO: TOMATE, POLPA DE TOMATE, AMIDO, (ÓLEO VEGETAL, CEBOLA, SALSA EM FLOCOS, ALHO EM PÓ, AÇÚCAR E SAL. NÃO CONTÉM GLÚTEN. VALOR ENERGÉTICO 22KCAL, CARBOIDRATOS 4,0G, PROTEÍNAS 0,6G, FIBRA ALIMENTAR 1,1G E SÓDIO 304MG. DEVE APRESENTAR COR, SABOR, ODOR, CARACTERÍSTICO, CONSISTÊNCIA PASTOSA. DE VEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	PAPELÃO ATÉ 10 KG.	КG	2000
21	FARINHA DE TRIGO S/ FERMENTO: FARINHA DE TRIGO, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA B9, COTÉM GLÚTEN. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 01 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE ATÉ 30 KG.	КG	3000
22	FEIJÃO TIPO CARIOQUINHA: FEIJÃO TIPO 1, CARIOQUINHA, GRÃOS DE TAMANHO E FORMAS NATURAIS, CLAROS, MADUROS, LIMPOS, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	01 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA - FARDO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM ATÉ 30 KG.	KG	5000
23	FRANGO INTEIRO CONGELADO NÃO TEMPERADO: FRANGO CONTENDO CABEÇA, PESCOÇO, PÉS, MOELA, FÍGADO. CARNE E MIÚDOS COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO NEM PEGAJOSO, COR PRÓPRIA S/ MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. DEVE CONTER NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. DEVE CONTER SIM, SIE OU SIF. NÃO CONTÉM GLÚTEM. DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO	VÁCUO EM SACOS PLÁSTICOS DE POLIETILENO LISO, ATÓXICO C/ ROTULO INTERNO, C/ PESO MÍNIMO DE 2 KG/MANTIDA SOB CONGELAMENTO A -12 °C.EMBALAGEM SECUNDARIA: CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO DE CAPACIDADE ATÉ 20 KG.	KG	7000



	DE ATÉ 30 DIAS ANTERIORES À DATA DE			
	ENTREGA.			
24	LEITE EM PÓ INTEGRAL:	EMBALAGEM PRIMÁRIA ALUMIZADA DE		
	ASPECTO: PÓ FINO, UNIFORME E HOMOGÊNEO,	200G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: FARDO DE		
	ISENTO DE PARTÍCULAS QUEIMADAS, E DE	PAPEL DE ATÉ 10 KG.		
	SUBSTANCIAS ESTRANHAS. COR: COLORAÇÃO			
	BRANCA AMARELADA, CARACTERÍSTICAS SABOR			
	E ODOR: AGRADÁVEL, SEMELHANTE AO LEITE			
	FLUÍDO, CARACTERÍSTICO, NÃO CARAMELIZADO,			
	QUEIMADO OU RANÇOSO. INGREDIENTES: LEITE FLUÍDO INTEGRAL. VALOR ENERGETICO 492 KCAL,			
	PROTEÍNAS 26G, GORDURAS TOTAIS 26G,		KG	5000
	GORDURAS SATURADAS 15,4G, GORDURA TRANS			
	0G, FIBRA ALIMENTAR 0G, SÓDIO 400MG, CÁLCIO			
	961,5MG E CARBOIDRATOS 38,5G. DEVEM ESTAR			
	DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO			
	DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.			
	VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À			
	DATA DE ENTREGA.			
25	LEITE DE COCO:	EMBALAGEM PRIMÁRIA: GARRAFA		
	CONTENDO 1 LITRO, COM IDENTIFICAÇÃO DO	CONTENDO 1 LITRO.		
	PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE			
	FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. DEVEM			,
	ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO		KG	1000
	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. VALIDADE: O PRODUTO DEVE			
	CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS			
	ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.			
26	MAÇÃ NACIONAL IN NATURA	BASQUETAS, LIMPAS E HIGIENIZADA OU		
	APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO	SACAS DE NAYLON ATE 10KG		
	ADEQUADO E MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E		KG	3000
	CONSUMO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E			
	LARVAS.			
27	MACARRÃO ESPAGUETE:	EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICOS,		
	A MASSA DE TRIGO E SOJA LEVA EM SUA	ATÓXICO/UNIDADE DE 500 GRAMAS.		
	FORMULAÇÃO 80% SÊMOLA DE TRIGO	EMBALAGEM SECUNDÁRIA: FARDO PLÁSTICO		
	FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, 20%	TRANSPARENTE ATÉ 10 KG.		
	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, CORANTE URUCUM E CÚRCUMA E ÁGUA. UMIDADE MÁXIMA			
	13%, PROTEÍNAS 15G%, CARBOIDRATOS 76G%,			
	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO		KG	5000
	44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM			
	ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA			
	LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS			
	ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS			
	ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.			
28	MACARRÃO PARAFUSO:	EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICOS,		
	A MASSA DE TRIGO E SOJA LEVA EM SUA	ATÓXICO/UNIDADE DE 500 GRAMAS.		
	FORMULAÇÃO 80% SÊMOLA DE TRIGO	EMBALAGEM SECUNDÁRIA: FARDO PLÁSTICO		
	FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, 20%	TRANSPARENTE ATÉ 10KG.		
	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, CORANTE URUCUM E CÚRCUMA E ÁGUA. UMIDADE MÁXIMA			
1	13% PROTEINAS 15G% CARROIDRATOS 76G%	I		
1	13%, PROTEÍNAS 15G%, CARBOIDRATOS 76G%, LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO		KG	5000
	13%, PROTEÍNAS 15G%, CARBOIDRATOS 76G%, LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM		KG	5000
	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA		KG	5000
	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS		KG	5000
	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE		KG	5000
	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS		KG	5000
20	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMRALAGEM PLÁSTICA OLLALLIMINIZADA DE	KG	5000
29	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA. MASSA PARA MINGAU DE ARROZ	EMBALAGEM PLÁSTICA OU ALUMINIZADA DE ATÉ 01 KG.	KG	5000
29	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.		KG KG	3000
29	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA. MASSA PARA MINGAU DE ARROZ PÓ PARA O PREPARO DE MINGAU DE ARROZ (AÇÚCAR, LEITE EM PÓ, AMIDO DE MILHO, GORDURA DE PALMA, ARROZ, LEITE EM PÓ			
29	LIPÍDIOS 1G%, FIBRA ALIMENTAR 4G%, CÁLCIO 44MG%, FERRO 5MG% E COLESTEROL 0%. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA. MASSA PARA MINGAU DE ARROZ PÓ PARA O PREPARO DE MINGAU DE ARROZ (AÇÚCAR, LEITE EM PÓ, AMIDO DE MILHO,			



	DE FERRO, ZINCO, VITAMINAS, MINERAIS, NA			
	NOMENCLATURA DO PRODUTO SERÃO ACEITOS NÃO OBTENDO VANTAGEM PARA EFEITO DE			
	AVALIAÇÃO.			
30	MASSA PARA MNGAU DE FARINHA LÁCTEA	EMBALAGEM PLÁSTICA OU ALUMINIZADA DE		
30	ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, FERRO E ZINCO:	ATÉ 01KG;		
	CONTENDO AÇUCAR, AMIDO DE MILHO, LEITE INTEGRAL	,		
	EM PO, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E			
	ACIDO FOLICO, MALTE, MISTURA DE VITAMINAS E SAIS			
	MINERAIS, SAL E AROMATIZANTE IDENTICO AO NATURAL			
	DE BAUNILHA, COM VALOR ENERGETICO EM 100G DE PO			
	DE 414KCAL; CARBOIDRATOS 79G;PROTEINAS7,7;		KG	3000
	GORDURAS TOTAIS7,6; CALCIO 392MG;SODIO 72MG;			3000
	FERRO 5,4MG; ZINCO 4,6MG; VIT A 240MCGRE; VIT C			
	18MG; VIT B1 0,40MG; VIT B6 0,60MG; NIACINA 5,4MG. CONTEM GLUTEM.			
	VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE			
	FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE			
	ENTREGA.			
		,		
31	MILHO BRANCO:	EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICA		
	TIPO 1, CLASSE BRANCA, CATEGORIA ESPECIAL,	TRANSPARENTE, ATÓXICA RESISTENTE DE		
	ISENTO DE PARASITAS, MOFO, ODORES ESTRANHOS, SUBSTANCIAS NOCIVAS , MATÉRIAS	_		
	TERROSAS E OUTROS. VALOR CALÓRICO 21 KCAL,	FARDO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÉ 10KG.		
	CARBOIDRATOS 3,8G, PROTEÍNAS 0G, GORDURAS			
	TOTAIS 0G, GORDURAS SATURADAS 0,3G,			
	GORDURAS TRANS 0G, FIBRA ALIMENTAR 0G E		KG	3000
	SÓDIO 6,5MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM			
	VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O			
	PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO			
	DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE			
	ENTREGA.			
32	MILHO PARA PIPOCA:	EMBALAGEM PRIMÁRIA: PLÁSTICA		
	TIPO 1, PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS,	TRANSPARENTE, ATÓXICA RESISTENTE DE		
	LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, MOFO,	500 G.		
	ODORES ESTRANHOS, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS,	EMBALAGEM SECUNDÁRIA: FARDO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÉ 10KG.		
	PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MÁXIMO DE 15% DE UMIDADE. DEVEM	INAMOPAREMIE AIE IUKU.	KG	1500
	ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA			1300
	LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS			
	ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE			
	CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.			
33	MILHO VERDE E ERVILHA EM CONSERVA	EMBALAGEM PRIMÁRIA: CAIXA TETRA PARK		
	DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS	DE 250 G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA		
	DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS	DE PAPELÃO		_
	ANVISA/MS.		KG	5000
	VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À			
	DATA DE ENTREGA.			
34	ÓLEO DE SOJA REFINADO:	EMBALAGEM PRIMÁRIA DE ATÉ 900 ML.		
	PRODUTO ALIMENTÍCIO REFINADO E DE ACORDO	EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE		
	COM OS PADRÕES LEGAIS. VALOR ENERGÉTICO	PAPELÃO ATÉ 20 UNIDADES.		
	108KCAL, CARBOIDRATOS 0G, PROTEÍNAS 0G, GORDURAS TOTAIS 12G, GORDURAS SATURADAS			
	1.8G, GORDURAS TRANS 0G, GORDURAS			
	MONOINSATURADAS 2,8G, GORDURAS POLI-		LITRO	2000
	INSATURADAS 7,3G, COLESTEROL 0 MG, FIBRA		LIINU	2000
	ALIMENTAR 0G, SÓDIO 0MG E VITAMINA E 3,1MG.			
	DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS			
1	LDA LEGISLACAO SANITARIA EM VIGOR NO PAISI			
	DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE			
	ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS			
35	ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE	EMBALAGEM PRIMÁRIA:SACO ATOXICO COM	KG	12000



		,		
	MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 2 DIA ANTERIORE À DATA DE ENTREGA.	PACOTE DE ATÉ 500G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO.		
36	PÃO HOT DOG: O PÃO DEVERÁ SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 2 DIA ANTERIORE À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM PRIMÁRIA:SACO ATOXICO COM PACOTE DE ATÉ 500G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO.	KG	12000
37	SAL: REFINADO IODADO, BENEFICIADO E ISENTO DE SAIS DE CÁLCIO E MAGNÉSIO, IMPUREZAS ORGÂNICAS, AREIAS E FRAGMENTOS DE CONCHAS. PRODUZIDO E EMBALADO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. SÓDIO 390MG E IODO 20UG A 40UG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM PRIMÁRIA DE ATÉ 1 KG. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: PLÁSTICA TRANSPARENTE ATÉ 30 KG.	KG	500
38	SARDINHA EM OLEO COMESTIVEL: INGREDIENTES: SARDINHAS, ÓLEO DE SOJA, ÁGUA E SAL. NÃO CONTEM GLÚTEN . VALOR ENERGÉTICO 118KCAL, CARBOIDRATOS 0,9G, PROTEÍNAS 13G, GORDURAS TOTAIS 7,1G, GORDURAS SATURADAS 2,5G, GORDURAS TRANS 0G, GORDURAS MONOINSATURADAS 1,7G, GORDURAS POLIINSATURADAS 2,8G, OMEGA 3 1,4G, COLESTEROL 67MG, FIBRA ALIMENTAR 0G E SÓDIO 412MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM PRIMÁRIA: UNIDADE ATÉ 125G. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ATÉ 50 UNIDADES.	КG	5000
39	TEMPERO COMPLETO: TRADICIONAL, SEM PIMENTA, CONTÉM SAL, 100% NATURAL. VALOR CALÓRICO 0KCAL, CARBOIDRATOS MENOR QUE 0,1G E SÓDIO 1800MG. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.	EMBALAGEM PRIMÁRIA: UNIDADE ATÉ 300 GR. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ATÉ 08 KG.	KG	300
40	VINAGRE (FERMENTADO ACÉTICO DE ÁLCOOL) PRODUTO TRANSLÚCIDO E DE COR, SABOR E ODOR EMBALAGEM PRIMÁRIA: UNIDADE DE 500 ML. CARACTERÍSTICO. VALOR ENERGÉTICO 3KCAL, CARBOIDRATOS 0,028G, PROTEÍNAS 0,6G, GORDURAS TOTAIS 0G, GORDURAS SATURADAS 0G, GORDURAS TRANS 0G, FIBRAS 0G E SÓDIO 0G. DEVEM ESTAR DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR NO PAÍS ANVISA/MS. VALIDADE: O PRODUTO DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO DE ATÉ 120 DIAS	EMBALAGEM PRIMÁRIA:GARRAFA PET COM UNIDADE ATÉ 1000 ML. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO ATÉ 10.000 ML.	UND	1000



ANTERIORES À DATA DE ENTREGA.		

1. DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para a merenda escolar por período de 01 ano para 2017, destinados aos alunos da rede municipal (ensino infantil, creches, rural, fundamental, médio, EJA, Mais Educação e AEE), conforme as especificações estabelecidas neste termo de referência.

2. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

O atendimento a alimentação escolar aos alunos da educação básica é um direito garantido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desta maneira, torna-se fundamental a aquisição de gêneros alimentícios variados e adequados que contribuam para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos, melhorando o rendimento escolar e a qualidade de vida deste público.

Serão atendidos pelo PNAE cerca de 4000 alunos matriculados na educação básica da rede pública municipal (creches, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, EJA, além dos atendidos pelo programa Mais Educação e alunos do Atendimento Educacional Especializado-AEE), em conformidade com o Censo Escolar de 2015.

A aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar apoia o desenvolvimento sustentável, contribui com o fortalecimento da agricultura familiar incentivando os empreendedores familiares locais a produzirem em grande escala e com melhor qualidade.

3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

Os produtos a serem adquiridos constam na pauta de gêneros alimentícios no anexo I para 120 dias letivos de 2017. Nesta pauta estão especificadas as unidades de medida de cada gênero, quantidade programada, as especificações e a validade para cada produto.

4. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS:

- 4.1 Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação sobre manipulação, transporte e armazenamento de alimentos, inclusive nas normas expedidas pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- 4.2- Os gêneros alimentícios devem apresentar rotulagem conforme legislação: registro no órgão competente, data de fabricação e validade, rendimento e diluição, modo de preparo, valor nutritivo, critérios para armazenamento, SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), dados do produtor, peso, orientações sobre armazenamento, de acordo com a legislação vigente.
- 4.3- A proponente vencedora é responsável pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos licitados.
- 4.4— Em qualquer fase do fornecimento, havendo suspeita de contaminação e/ou adulteração de produtos, poderão ser encaminhadas amostras para análise laboratorial, conforme determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ficando o pagamento do fornecimento condicionado ao resultado apresentado. Comprovada a irregularidade, a despesa da análise dos produtos suspeitos correrá por conta do fornecedor.
- 4.5- As verduras e legumes deverão proceder de espécies genuínas e sãs e satisfazer as seguintes condições mínimas: a) serem frescas e sãs; b) Em condições adequadas de consumo; c) não estarem golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem a aparência das folhas e a inflorescência deverá se apresentar intactas e firmes; d) estarem isentas de parasitas, larvas e outros animais nos produtos e nas embalagens; umidade externa anormal; odor e sabor estranhos e quaisquer enfermidades.
- 4.6- Não serão aceitas embalagens amassadas, oxidadas, com vazamentos ou qualquer outro defeito que possa comprometer



a qualidade do produto.

- 4.7- Em caso de não conformidade, entre o produto entregue e o cotado, a contratada será comunicada e deverá, de imediato, providenciar a reposição dos produtos na quantidade referente ao lote reprovado.
- 4.8- Os proponentes deverão apresentar Certificado ou Declaração ou Alvará Sanitário, emitido pelo Órgão competente.

5. DAS AMOSTRAS

- 5.1 Os interessados deverão apresentar as amostras dos produtos perecíveis e não perecíveis objetos deste termo de referência em <u>local e data</u> indicado pela <u>área de licitações</u> e submetendo-os à apreciação da <u>equipe de apoio do Secretaria Municipal de Educação e do Conselho da Merenda Escolar</u>, que irão aferir sobre as condições mínimas exigidas, atestará a qualidade dos mesmos.
- 5.2 Não serão recebidas amostras fora do dia e horário estabelecidos pela área de licitações.
- 5.3 As interessadas deverão apresentar duas amostras de cada produto em que deseja concorrer em sua embalagem original para análise das especificações dos itens perecíveis e não perecíveis.
- 5.4- As amostras deverão estar identificadas com o nome da empresa e o item e acondicionadas em caixas, acompanhada de um documento com o nome da empresa, a descrição e a marca dos produtos entregues que deverá ser a mesma marca a ser apresentada em sua proposta comercial.
- 5.5- O documento deverá ter duas cópias, uma via será protocolada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e devolvida ao proponente e outra ficará para acompanhamento das especificações pelo Conselho.
- 5.6- A empresa proponente vencedora deverá entregar todos os produtos com a mesma marca apresentada para amostra, podendo o órgão gestor não aceitar outra marca, salvo com prévia autorização do Setor de Merenda Escolar.
- 5.7- Não serão avaliadas as amostras que não estiverem identificadas ou fora de sua embalagem original ou violadas.
- 5.8- O desacordo entre a especificação do Edital e o produto apresentado pelo licitante impedira-lo de concorrer naquele item.
- 5.9- As amostras deverão ser apresentadas em embalagem original e intacta contendo as seguintes informações:
- a) Identificação do produto;
- b) Marca;
- c) Nome e endereço do fabricante;
- d) Ingredientes específicos;
- e) Tabela nutricional;
- f) Número do lote e data de validade (tempo de vida útil);
- g) Peso líquido.
- 5.10- Após a análise das amostras os membros do Conselho de Alimentação Escolar, emitirão parecer sobre o resultado das amostras apresentadas, justificando a reprovação dos itens em desacordo com as especificações do Termo de Referência.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 6.1 Os itens não perecíveis deverão ser entregues de forma parcelada, no Almoxarifado do Setor de Merenda Escolar, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Educação.
- 6.2 O horário de entrega dos gêneros alimentícios no depósito central deverá ser de **segunda-feira a sexta-feira das 08:00 hs às** 11:00 hs e 15:00 hs às 17:00 hs, não podendo ocorrer atrasos ou falta de gêneros alimentícios de acordo com cronograma previamente entregue pela SEMED, salvo por motivo justo e devidamente justificado em documento oficial e aceito pela equipe técnica da SEMED;
- 6.3 O prazo de entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias seguidos, contados a partir do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, conforme cronograma expedido pela SEMED.
- 6.4 Serão recebidos, apenas exclusivamente, gêneros alimentícios condizentes com as amostras apresentadas.
- 6.5 No ato da entrega, quando houver necessidade de fracionamento da embalagem original, conforme cronograma entregue pela SEMED, os alimentos deverão ser acondicionados em sacos de polietileno transparente incolor e atóxico, cujo fornecimento é de responsabilidade da empresa.
- 6.6 Os gêneros alimentícios perecíveis devem estar acondicionados em caixas plásticas limpas e higienizadas para o transporte até as unidades escolares.
 - 6.7 Sobre a entrega dos gêneros alimentícios, a qualidade dos mesmos deverá ser garantida pela empresa fabricante, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e Legislação Sanitária em Vigor no País, através da emissão de Certificado de Garantia de Qualidade e Fornecimento, considerando o prazo de validade estabelecido.
 - 6.8 Todo o produto deteriorado, ainda que, com data de validade vigente, deverá ser trocado pelo fornecedor, no prazo máximo de três dias úteis, sem adição de qualquer ônus para esta secretaria.



7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **7.1** Serão responsáveis pela conferência dos gêneros no ato do recebimento, que informarão à SEMED eventuais inconsistências.
- **7.2** As despesas com transportes, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente.
- **7.3** A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada em um caminhão baú e os que necessitam de refrigeração, deverá ser efetuada em caminhão baú refrigerado, de acordo com as normas do decreto nº 31455 de 20/06//82. Os produtos devem ser mantidos, durante o transporte, às suas respectivas temperaturas.
- **7.4** Caso seja detectada alguma falha no fornecimento, que seja em conformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas;
- **7.5** Durante a vigência do contrato, poderá a contratante, sem prévia comunicação colher amostras para analises, através de laboratório credenciado pelo Ministério da Agricultura e/ou ANVISA ou Laboratório de Instituição Federal, para comprovar a sua conformidade com a respectiva ficha técnica, através da realização de analises bromatologicas nas áreas de microbiologia, microscopia, físico-química, aditivos e contaminantes, para identificação de possíveis riscos acidentais ou intencionais à saúde, ficando a licitante vencedora responsável pelas despesas relativas às análises dos produtos.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Efetuar os pagamentos à contratada, na forma estabelecida no edital e no contrato;
- 7.2 Rejeitar os produtos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;
- 7.3 Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos licitados;
- 7.4 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas clausulas deste Termo de Referência;

9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **8.1** A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições;
- **8.2** Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.

Nova Timboteua, 26 de Dezembro de 2016.

Jucilane do Socorro Feitosa da Silva
Nutricionista
CRN Nº 7/7406



ANEXO III

(papel timbrado do emitente do atestado)

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ates	sta para os	devid	os
fins que a Empresa	, com	sede 1	na
, prestou/presta os serviços abaixo relacionados,	sendo cu	ımprido	ora
dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra a mesma, i	nenhum re	gistro q	ue
a desabone.			
Relação dos serviços prestados:			
Local e Data			
(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente de	este atestad	o e sua	
assinatura			



ANEXO IV

(papel timbrado da licitante)

Minuta de Carta de Credenciamento

À Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA- PA REF.: EDITAL DE PREGÃO. N° 9/2017 - 005 PMNT-PP- SRP	
ndicamos o (a) Senhor (a), portador da cédula de identidade, Órgão expedidor, como nosso representante legal	
cicitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTA	
nanifestar, dar lances, prestar todos os esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir	de
orazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do prese	ente
Credenciamento.	
Local e data	
Atenciosamente	

Representante Legal da Empresa



ANEXO V - Modelo

(papel timbrado da licitante)

Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação

Em atendimento ao previsto no edital de PREGÃO nº 9/2017 - 005 PMNT-PP-SRP, DECLARO
(A) (MOS), que temo (s) conhecimento e cumpro (imos) plenamente os requisitos de habilitação e
atendo (emos) a todas as exigências do Edital, tendo assim condições para participação no presente
certame.
Observação: Em caso de ME ou EPP, deve ser citada nesta declaração.
Local e data
Assinatura e carimbo

(representante legal)



ANEXO VI

(papel timbrado da licitante) **Modelo da Declaração** (Empregador Pessoa Jurídica)

À Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA

Ref: EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PRECOS. Nº. 9/2017 005 PMNT-PP-SRP TIPO MENOR PRECO POR ITEM (Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----, sediada na Rua -----------. nº -----. hairro, -----. CEP----- Município -----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 9/2017 - 005 PMNT-PP-SRP, DECLARA, sob as penas da lei, que: 1. Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7 º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999. 2. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9° da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar n° 04/90), 3. Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93; 4. Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital. 5. () Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. 6. () Declaro, sob as penas da Lei, que nossa empresa não está enquadrada no tratamento favorecido às ME/EPP. 7. DECLARA para os devidos fins que não possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de possuir menos de 20 (vinte) funcionários em seu quadro de pessoal. Obs.: No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006 e

Av. Assis de Vasconcelos, 2075, Vila Nova, CEP: 68.730-000, Nova Timboteua - Pará Fone/Fax (91) 3469-1442 Email: semednovatimboteua@gmail.com_

147/2014, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá

Assinatura do representante legal sob carimbo

Local,___/___/

ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

RG: CPF:

CNPJ da empresa:



ANEXO VII MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº ____/2017- PMNT Pregão nº 9/2017 - 005 PMNT-PPSRP

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA TIMBOTEUA**, por intermédio da **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TIMBOTEUA-**PA, inscrita no CNPJ/MF sob o no

18.742.354/0001-77., com sede na Av. Assis de Vasconcelos, 2075 – Vila Nova, NOVA TIMBOTEUA
Pará – Brasil – CEP: 68.730 - 000, representada legalmente pelo excelentíssima Secretaria Municipal

Sra. **LUIZA MARIA LIMA MONTEIRO**, brasileira, residente e domiciliada em NOVA TIMBOTEUA,

considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob

Nº. 9/2017 005 PMNT-PP-SRP, publicada no DOU do Dia 18/01/2017. RESOLVE registrar os preços das

empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item,

atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro

de Preços, e regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, pela Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações e

em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços que objetiva a Aquisição Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação conforme o Anexo II do Edital de Registro de Preço nº 9/2017 - 005 PMNT-PP-SRP, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- 2.1 Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo VII A, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.
- 2.2 Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.
- 2.3 A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurandose ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 – Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo



mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
- 3.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- a) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
- 3.3 Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 3.4 Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.
- 3.5 A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.
- 3.5.1 Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.
- 3.5.2 Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.
- 3.5.3 Não será concedida a revisão quando:
- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindose, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.
- 3.5.4 Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.



CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PRECOS

- 4.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
- 4.1.1 Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:
- a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- 4.1.2 Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.
- 4.2 O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.
- 4.2.1 O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.
- 4.3 Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.
- 4.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- 4.5 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA

5 - DAS CONDICÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 A Contratante pagará à Contratada pelos **Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar**; adquiridos, até o trigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.
- 5.2 O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta do contratado.
- 5.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- 5.5 A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;
- 5.6 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para



correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

- 5.7 A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.
- 5.8 A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista sob pena de não recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

- 6.1 O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 (Doze) meses, contado do dia posterior à data de sua publicação no Flanerógrafo da Secretaria Municipal de Educação.
- 6.2 O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento (Anexo VIII), e como termo final o recebimento definitivo dos Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento do ano em curso.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

- 8.1 A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.
- 8.2 Quando houver necessidade de aquisição de Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis.
- 8.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.
- 8.4 Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar ao preço e nas mesmas condições da primeira colocada, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA NONA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

- 9.1 A entrega dos Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar dar-se-á no prazo máximo de 5 (Cinco) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.
- 9.2 Os Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar serão entregues no endereço em que se consta



na ordem de fornecimento com entrega das 08:00 às 14:00 horas.

9.3 – A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo recebimento dos Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 03 (três) dias consecutivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

- 10.1 Compete à Contratada:
- a) entregar os Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar de acordo com as condições e prazos propostos e fornece los dentro do período da validade;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;
- 10.2 Compete à Contratante:
- a) Efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) definir o local para entrega dos Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos Gêneros alimentícios para Alimentação Escolar adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
- 11.1.1 Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;
- 11.1.2 Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;
- 11.1.3 A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;
- 11.2 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:
- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".
- § 1º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").
- § 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Prefeito Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.
- § 3°. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Prefeito Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.
- 11.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:
- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da



Procuradoria Geral do Município.

- 11.4 Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;
- 11.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;
- 11.6 Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ADITAMENTOS

A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS

Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelo (a) Secretaria Municipal de Administração, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro de NOVA TIMBOTEUA- PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

NOVA TIMBOTEUA, de___de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA TIMBOTEUA
CONTRATANTE

CONTRATADO



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº____/2017 ANEXO VII - A

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº /2017, celebrada entre a **Secretaria Municipal de Educação de NOVA TIMBOTEUA** e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Presencial 9/2017 - 005 PMNT-PP-SRP.**RELAÇÃO DOS ITENS



ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº. _/2017.

REFERENTE AO CONTRATO Nº _/2017

ORDENADOR DE DESPESAS

Decreto-lei Fed	deral nº <u>200</u> /67, art. <u>80, § 1º</u>		
Endereço:			
CNPJ	Telefone/Fax		
À			
Empresa 			
Endereço:			
CNPJ	Telefone/Fax		
	especificações e demais condições consta	abaixo adiante discriminados, observadas antes no contrato Nº/2017	as
I - DO OB	JEIO		

ÓRGÃO SOLICITANTE			DEPARTAMENTO COMPRAS			GABIENTE	
Item	Descrição	Und.	Qnt.	R\$ Unit.	R\$ Total	P/L	AUTORIZAÇÃO



II - DA DOTAÇ	ÃO ORÇAMENTÁRIA
-	a: decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da
III – DA ENTREGA	
	feita no Almoxarifado da Secretaria de Educação, cito na Av. Assis de - Vila Nova - NOVA TIMBOTEUA-PA- Brasil - CEP: 68730-000.
IV - DO ATO CONTI	NUO
de Fornecimento e	s notas fiscais deverão obrigatoriamente virem acompanhadas da Ordem mitida pelo Departamento de Compras e Certidões Fiscais tais como: Negativa de Debito Trabalhista, sob a pena de não recebimento da
V – DAS DEMAIS CO	NDIÇÕES
As condições de recel ao disposto no cont	pimento das passagens terrestres, bem como de pagamento, obedecerão rato em epígrafe.
rdenador de Despesas	Chefe Dep. Compras
	Nova Timboteua (PA), de de 2017.
	Recebi o original desta Ordem de Fornecimento em,
	estabelecidas.